

SENTIDO, REFERÊNCIA E VALORES REFERENCIAIS NA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Marcos Luiz Cumpri¹

RESUMO: este artigo objetiva discutir como sentido, referência e valores referenciais são entendidos pelo princípio enunciativista. A discussão de base é a tese da indeterminação da linguagem. Como esteio, temos os trabalhos de Culioli (1990, 1999a, 1999b), Franckel (2011), Paillard (2011) e Rezende (2008) que apontam para uma discussão cujo cerne é a construção do sentido por meio da articulação entre léxico e gramática dentro do enunciado.

PALAVRAS-CHAVE: sentido; enunciação; referência; valores referenciais.

ABSTRACT: this article aims to discuss how sense, reference and referential values are understood by the enunciative principle. The discussion is focused on the indeterminacy of language thesis. As mainstay, we have the works of Culioli (1990, 1999a, 1999b), Franckel (2011), Paillard (2011) and Rezende (2008), which point to a discussion whose core is the construction of meaning through the articulation between the lexicon and grammar within the utterance.

KEYWORDS: meaning; enunciation; reference; referential values.

Introdução

Este texto é um apanhado sobre o que, de fato, constitui o sentido na perspectiva enunciativa da linha culioliana. O esteio fica por conta de textos de discípulos diretos de Culioli que também vêm pesquisando a identidade das línguas naturais por meio da variação do sentido.

Uma abordagem construtivista como é a TOPE coloca como questão central a relação entre unidades da língua (sempre pelo amparo do enunciado) e situação enunciativa no âmbito da variação e da constituição do sentido.

Assim, as seções que se seguem buscam exatamente expor a seguinte trama: a dependência do sentido para com a materialidade discursiva. Em outras palavras, o foco está em mostrar que na relação entre a construção do enunciado (e todos seus arranjos) e aquilo que esse enunciado significa não existem reproduções de sentidos anteriores, mas de sentidos que brotam nessa e por essa relação.

¹ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa e professor adjunto da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: marcoscumpri@yahoo.com.br

1. A atividade de (re)construção do sentido: o cerne da questão

Num princípio enunciativista não se nega que os enunciados são derivados de formas mais complexas e que a atividade de re (construção) é o trabalho que traz à tona os processos subjacentes à produção e o reconhecimento dessas formas.

A premissa é a de que cada nova nuance observada é representante dos processos que originaram a nuance anterior. Cada enunciado produzido pela atividade metalinguística é representativo direto do enunciado anterior. O resultado deve conter qualquer coisa que estabeleça uma relação entre uma representação e outra representação linguística. E mesmo que todas essas operações aparentem certo distanciamento do enunciado matriz, os processos que o constituem são recuperáveis por meio das marcas que vão sendo feitas a partir de sua primeira derivação.

Em verdade, há uma sutileza teórica de base: é a partir da remodelagem sucessiva (concatenação de operações) de um enunciado de origem (matriz) que se criam vias de acesso a toda a atividade de linguagem que o construiu. Demonstração de que a linguagem só é acessível mediante a materialidade linguística que deixa rastros (as invariâncias) de operações mais profundas. Resumindo: as marcas trabalhadas no nível sucessor recuperam o processo que originou o nível anterior. Daí falar-se em “família parafrástica”, pois é como se cada enunciado possuísse “genes” em comum com os demais que compõem essa família.

As palavras de Culioli resumem o exposto:

[...] não podemos nos dar por satisfeitos em trabalhar com relações já constituídas e organizadas, mas sim devemos representar o estágio de cada constituição dessas relações e dessas categorias gramaticais em termos de operações concatenadas. (1990, p. 179) [tradução nossa].

A indeterminação da linguagem está no bojo do pensamento de Culioli (1990, 1999a, 1999b) porque ele faz discussões que recaem sobre a questão da referencialidade enunciativa. Nessa perspectiva teórica a linguagem nada tem de reprodutiva no que se refere ao referente: ela não o representa, ela constrói valores referenciais que só são (momentaneamente) estáveis em virtude do que a enunciação pode construir.

As unidades da língua são dotadas de uma heterogeneidade indiscutível. Daí, falar em polissemia, contradição, polifuncionalidade, etc. é estar mais próximo do estudo de língua do que de linguagem, mesmo sabendo que não se faz linguística sem a articulação desses dois domínios humanos. Assim, estudar a significação é perpassar pela verificação da existência

(ou não) de identidades semânticas que garantem uso e valor. E essa verificação se dá por meio da materialidade verbal (a atividade linguística), a qual, por sua vez, também confere sentido e valor. Vejamos o que diz Merleau-Ponty:

Se o signo só quer dizer algo na medida em que se destaca dos outros signos, seu sentido está totalmente envolvido na linguagem, a palavra intervém sempre sobre um fundo de palavra, nunca é senão uma dobra no imenso tecido da fala. Para compreendê-la, não temos de consultar algum léxico interior que nos proporcionasse, com relação às palavras ou às formas, puros pensamentos que estas recobriram: basta que nos deixemos envolver por sua vida, por seu movimento de diferenciação e de articulação, por sua gesticulação eloquente. Logo, há uma opacidade da linguagem: ela não cessa em parte alguma para dar lugar ao sentido puro, nunca é limitada senão pela própria linguagem, e o sentido só aparece nela engastado nas palavras. Como a charada, só é compreendida mediante a interação dos signos, que, considerados à parte, são equívocos ou banais, e apenas reunidos adquirem sentido. (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 42-43).

Mesmo que a significação seja estabilizada por meio dos textos e das formas, as unidades da língua são dotadas de um semantismo minimamente estável e primitivo. Algo que levar a refutar a ideia de um sentido totalmente contextual, como uma leitura errônea do princípio enunciativista poderia conduzir. As palavras de Kleiber corroboram isso:

Não se pode construir com nada e, portanto, a existência de fragmentos semânticos estáveis ou sentido convencional é necessária ao funcionamento interpretativo. Não é porque o sentido de um enunciado é algo construído discursivamente que tudo o que conduz a esta interpretação é igualmente construído durante a troca discursiva. Não apenas a construção dinâmica do sentido de um enunciado não é incompatível com o fato de que ela se efetua com elementos de sentidos estáveis ou convencionais, mas, mais ainda, ela exige isso: sem sentido convencional ou estável, poucas são as construções semânticas possíveis. (KLEIBER, 1997 apud FRANCKEL, 2011, p. 51).

2. Enunciado e enunciação

Cada enunciado é um processo único, uma espécie de agenciamento de formas e fenômenos prosódicos. Está sujeito a normas na medida em que é o orientador da enunciação, pois é graças aos agenciamentos dos enunciados que nos são permitidas as (re)construções dos atos enunciativos. Em realidade, trata-se de uma via de mão dupla, pois a enunciação também exerce influência direta na constituição dos enunciados.

Nesse caminho, um enunciado é somente interpretável mediante um contexto ou situação que escapa dos contornos dados pelas teorias pragmáticas para se imbricar no ponto de vista enunciativista, o qual confirma que o sentido se determina pela matéria verbal, pois é

ela que o constrói e o dá estatuto. No ponto de vista em questão, contexto e situação não são externos ao enunciado, mas gerados por ele. O extralinguístico e o mundo fenomenológico não atribuem sentidos, eles fornecem valores referencias afins para a determinação do sentido dentro dos contornos materiais de cada enunciado.

Com isso, significação e contextualização continuam interligados e o enunciado, enquanto uma sequência, se interpreta mediante a estabilização de um contexto possível e gerado por esse encadeamento. E a maravilha da plasticidade da linguagem reside justamente nessa trama, pois à medida que um enunciado se torna passível de interpretação, ativa-se um dos contextos potenciais, o que significa que há mais de um contexto que pode ser efetivado.

3. A indeterminação da linguagem

Culioli (1999a) entende que só há sentido desde que ele seja construído pela atividade da linguagem. No mesmo viés, o sentido das palavras e dos textos não é externo à língua e é apreensível por meio da atividade parafrástica. Essa atividade metalinguística que apreende o sentido na medida em que o faz se movimentar. Ele emerge de uma dinâmica, de uma fluidez, de uma labilidade.

Franckel bem resume o que está em localização privilegiada em seus estudos:

A problemática de Culioli inscreve-se em uma corrente que rompe com a concepção de uma transparência original da língua em relação às ideias que permite exprimir. Um aspecto importante dessa teoria transparece no aforismo segundo o qual “a compreensão é um caso particular do mal-entendido”. Isso significa que a estabilidade necessária para que um processo de compreensão-interpretação seja possível nada mais é do que uma estabilidade conquistada e provisória, da qual uma teoria da deformabilidade deve dar conta. (2011, p. 43-44).

Nada garante que o dito recubra o querer dizer. O dito é parcialmente estável porque depende do que a enunciação revelará acerca do querer dizer. Cada dizer remete à percepção/representação de um estado de coisas e é apenas um dizer entre outros dizeres. Expressar, linguisticamente, o que é dizível é dar forma ao universo, é colocar o mundo em palavras, mas não de modo absoluto, pois o que se representa do mundo por meio de um enunciado é sempre parcial e fragmentado. Parcial, porque essa representação é de ordem subjetiva (é sempre um ou alguns sujeitos falando). Fragmentado, porque nada garante que um enunciado esgote o “por dizer”.

A assunção de que um dizer é apenas um dizer entre outros afirma a articulação entre léxico e gramática como a ponta da esteira em que se trilha o sentido. Dizer de outras formas é possível porque não há garantia de que cada arranjo seja o adequado. Não há soberania nos atos enunciativos, as palavras não dizem por completo o que se quer dizer e nada garante a simetria (mínima que seja) entre enunciador e interlocutor.

Se por um lado o sentido é deslocável na medida em que os sujeitos enunciativos tentam contorná-lo por meio da atividade de (re)explicação (o dizer em outras palavras), por outro lado, cada forma linguística só quer dizer o que efetivamente diz, mesmo que valha como explicação de outra forma.

Para Franckel:

Só o que é dito diz o que é dito, e qualquer outro acesso a esse dito, qualquer tentativa de atingir por meio desse dito um querer dizer, uma significação, resulta em desvio irreduzível, ainda que mínimo, ainda que se estabeleça um ajustamento e uma aproximação à qual podemos, frequentemente, nos acomodarmos. O que produz esse desvio não é a alteração de um “sentido puro”, que existiria independentemente dessa alteração. É essa própria alteração que é, de algum modo, constitutiva do sentido, e que lhe dá corpo. (2011, p. 40-41).

O que se propaga aqui é que o sentido de determinado conteúdo só é apreensível por meio do sentido de outro conteúdo. O que algo quer dizer depende do que outra coisa quer dizer: há identidade à medida que há diferença. E essa lógica recupera duas afirmações clássicas de Saussure: (i) na língua não há mais do que diferença e (ii) a língua é forma e não substância.

Demonstração disso é que conceitos muito comuns no estruturalismo europeu tocam as ideologias da linguística enunciativa, a qual não deixa de ser uma abordagem neoestrutural, pois Culioli (1990, 1999a, 1999b), por exemplo, bem aborda a questão da relatividade ao se preocupar com a função de cada marca linguística no contexto enunciativo; bem considera a funcionalidade de cada unidade da língua ao examiná-la no enunciado como um todo; recupera a noção de unidade por entender que cada enunciado é um construto organizado e dotado de sentido por estar relacionado a outros enunciados; o que remete à noção de totalidade; e admite, por fim, a transformatividade da língua ao encarar cada enunciado como um fenômeno dinâmico e destinado a um movimento constante de reformulação (atividade parafrástica).

Quando se admite que não há homogeneidade na língua, na linguagem e sobretudo no pensamento, justifica-se a existência do conceito de articulação, sobretudo por conta da heterogeneidade intrínseca à linguagem, a qual, por ser capaz de expressar todas as atividades do mundo e do homem, deixa lacunas na construção de valores referenciais. Não existe precisão na construção dos valores referenciais e tanto isso é verdade que não se criamos qualquer tipo de prejuízo ao funcionamento da linguagem quando não dizemos o que não sabemos dizer. Aliás, nem temos a capacidade de perceber nossa inabilidade em proferir inúmeras coisas. Nossa limitação não nos gera qualquer tipo de incômodo aparente.

A corriqueira e já cristalizada relação entre indeterminação e falta de contexto perde espaço para uma correlação mais estreita entre significação e situação oriunda da própria noção de valores referenciais. Em momento algum se nega que é o contexto que elucida a significação de um enunciado. O que surge de novo é que o próprio enunciado subsidia suas condições de interpretação, de modo que *“a análise da significação de um enunciado é indissociável da análise das condições que permitem a construção dessas significações”*. (FRANCKEL, 2011, p. 46). E entre essas condições, estão os próprios valores referenciais (construídos a partir das operações de referenciação) que se caracterizam como o cenário onde atuam tanto a significação quanto a situação (o contexto).

Uma diferenciação simplista entre referente e valores referenciais estipula que enquanto o referente é estável, os valores referenciais não o são e estão sujeitos aos ajustamentos que permitem uma estabilidade interpretativa provisória e restrita. Assim, enquanto o referente é estável, existe independentemente da enunciação e é tudo aquilo que o mundo oferece para subsidiar a relação de correspondência entre a matéria linguística e o objeto; os valores referenciais são movediços, provisórios e dependentes do enunciado, pois se constroem a partir deles e para eles por meio de operações enunciativas (ou de referenciação) que são atividades de regulação realizadas pelos sujeitos com vistas a moldar um sentido preterido.

Em suma, para uma linguística da enunciação o sentido é indissociável do contexto, mas o contexto que se constrói no próprio enunciado. Isso contribui para que suas ideias não sejam grosseiramente associadas à Pragmática tal qual ela é comumente definida como a ciência do uso linguístico que analisa o uso concreto da linguagem com enfoque nos sujeitos falantes e que estreita a relação entre falante e signo. Das inúmeras razões pelas quais se

desvinculariam Enunciação e Pragmática, a que merece destaque é de que para a Pragmática o contexto é buscado fora do enunciado, portanto, no universo extralinguístico.

Se se fala de um sentido dependente da articulação entre léxico e gramática é porque se crê que uma unidade lexical só se dota de sentido se posta numa relação em que passe a exercer uma função integrativa e que o texto é dependente da unidade lexical. Portanto, a articulação léxico-gramatical pressupõe que haja um sentido interativo e não isolado.

No português brasileiro, essa dependência é facilmente demonstrável por diversas ocorrências. A título de exemplificação, destaquemos, rapidamente, o caso do termo grande.

Expressões como “Que grande homem!” e “Que grande coisa!” atribuem valores distintos a grande: intensidade apreciativa e intensidade depreciativa, respectivamente. Por outro lado, se não fossem os termos homem e coisa o termo grande não assumiria o mesmo valor. Quer dizer, o sentido oriundo dessa articulação não se mantém mediante a comutação lexical, mesmo que seja de um mesmo campo semântico. Vejamos: “Que grande adulto masculino!” “Que grande objeto!”.

Basicamente, esse simples exercício mostra que a identidade semântica de cada termo da língua depende das ocorrências e dos valores que cada ocorrência fornece e nisso repousa a síntese do pensamento sobre a indeterminação da linguagem. Um pensamento que não se inscreve na defesa do caráter polissêmico das unidades lexicais justamente por defender o contrário: que não há uma unidade lexical dotada de um sentido primeiro que não comporta valores situacionais:

[...] Nunca observamos nos enunciados o valor próprio ou primeiro de uma unidade, visto só existirem unidades cujo sentido se constrói no e pelo enunciado. O instável é, aqui, primeiro, e a estabilização só se estabelece por meio das interações da palavra com o meio textual que a cerca, essas interações, revelando, segundo hipótese que sustenta a teoria, princípios regulares. (FRANCKEL, 2011, p. 51).

Dito de outra maneira, cada termo possui propriedades que tanto se modulam (o pré-construto) e se extraem (o construto) de sua relação para com os outros termos no enunciado.

O próprio conceito de valor pressupõe um movimento subjetivo, pois só é valorativo aquilo que já passou por um processo de identificação de propriedades pertinentes e de interesse para com quem o estabelece. Trata-se da própria relação entre sujeito e objeto. Na enunciação, essa relação fica bem clara porque o valor de cada unidade depende da orientação semântica (a intenção significativa) que se almeja dar no enunciado como um todo.

Vejamos outro exemplo do português:

A expressão “Eu faço é gosto!” pode bem ser interpretada como “Eu aprovo veementemente”, “Eu aprecio muito” e é graças à ordenação léxico-gramatical que propriedades do verbo fazer se integram na noção “fazer enquanto ter”. Em estado dicionarizado observa-se que esse termo apresenta acepções demonstrativas de uma instabilidade latente, pois suas propriedades se mesclam a propriedades de ao menos quarenta outros verbos da língua portuguesa. Assim, apesar dos termos serem susceptíveis de uma variação radical de sentido, não deixam de ser controlados pelo próprio sistema linguístico de cada língua. É a partir desse controle que se convencionou estabelecer sentidos primeiros para cada elemento, ou sentidos mais corriqueiros mediados por interações igualmente mais corriqueiras.

O princípio enunciativista (sobretudo o culioliano) não reduz o sentido às propriedades do objeto e não prepondera uma referencialidade virtual consagrada por sentidos obtidos de antemão. Diferentemente disso, o remete à dependência da ação do homem na língua, o que reafirma um posicionamento altamente construtivista que não vê justificativa para o estabelecimento de sentidos estáveis sem que se processem suas propriedades no campo enunciativo. Trata-se da assunção de que o sentido deriva de valores referenciais construídos no enunciado (o linguístico) e na enunciação (o extralinguístico).

4. O processo de interpretação

A construção do sentido, o qual, como já dissemos, é dado e localizado dentro das manifestações linguísticas (léxico, enunciado, texto) e controlado por aquilo que o sistema permite (a gramática). Nesse sentido, cabe registrar um pouco do trabalho necessário para que se tenha acesso a esse sentido, isto é: a atividade de parafraseagem.

A ideia de que parafrasear é “dizer o mesmo em outros termos”, nessa perspectiva, segue uma reflexão um pouco mais elaborada, pois, em verdade, não se trata de dizer o mesmo, mas de dizer de outra forma, o que nos faz crer que não se trata do mesmo, mas de uma explicação que passou por um novo processo cognitivo, que suscitou novas operações e que, principalmente, culminou num novo enunciado.

Se recuperarmos a premissa de que cada enunciado é um fenômeno único, nos inserimos num percurso que mostra que a explicação não é a atribuição do sentido em si, mas

de uma atividade que se aproxima um pouco mais, contanto, sem a capacidade de tocá-lo, haja vista que a parafrasegagem é tipicamente uma atividade de reprodução.

A atividade de reformulação se insere num dilema subjetivo inevitável: ela se manifesta a partir da atividade epilinguística que é variável de um indivíduo a outro. É um trabalho interno feito a fim de que se exteriorize um sentido aproximado, ou como diz Paillard (2011, p. 106-107):

Trata-se, na verdade, de esfregar, em um diálogo incessante, as palavras umas contra as outras como panos entrelaçados, até desgastá-las, até ver surgir a sua trama, de confrontar as instituições até uma transparência quase imaterial. A transparência do sentido só é finalmente obtida por sua dissolução.

Para que a reformulação de um sentido seja possível, a condição lógica é a de que haja, primeiramente, qualquer sequência (sintagma, expressão, enunciado, texto) dotada de um significado.

A paráfrase reforça a teoria de uma indeterminação universal do léxico por não dar conta de explicar um termo isolado de seu cotexto (o restante da cadeia enunciativa). Isso porque, ele, por si só, traz uma gama polissêmica inevitável da qual só se pode extrair um valor numa situação real de enunciação, que é a que lhe transfere sentido.

Na verdade, aqui não há nada de muito novo. Benveniste (2005, p. 132) já bem disseminou essa ideia em *Problemas de Linguística Geral* ao considerar que a palavra tem um papel constituinte na frase em forma (materialidade) e em sentido, mas que não necessariamente transfere-se em significação, para a frase, tal qual ela se encontra em posição autônoma.

Em miúdos, a atividade de parafrasegagem pressupõe que toda explicação seja encontrável dentro do próprio enunciado e não no seu exterior (o nível pragmático de reconstrução). Parte-se do pressuposto de que o próprio enunciado nos dá condições de (re) construir sentido.

Uma oposição entre contexto e cotexto não tem muito sentido dentro de uma abordagem enunciativa da linguística. A crença é a de que há uma perfeita sincronia entre a inesgotabilidade de sentidos que o contexto pode aflorar e a estabilização que uma paráfrase pode fornecer.

Rezende (2008, p. 137), por exemplo, unge todo o poder da atividade significativa do contexto (localizada na enunciação) com a capacidade estabilizante do cotexto (focalizada na

predicação) ao expor as invariâncias do sentido dentro de uma análise sobre a nominalização um sistema no enunciado “Há 15 anos o Brasil teve de desenvolver, em regime de urgência, um sistema de criptografia quando descobriu que, com os equipamentos adquiridos do exterior, as comunicações com as embaixadas eram interceptadas.”

A partir de um pré-construto (aquilo permanece estável dentro do enunciado), a linguista mostra os valores que vão sendo atribuídos pela modalização e pelas marcas aspectuais (o variável) que são os investimentos do sujeito à confirmação do que é pré-construído (o invariável).

Isso para mostrar que o valor de uma nominalização depende de um contexto que é estabilizante justamente por ora lhe atribuir um valor nominal, ora um valor verbal e depende de um contexto porque a língua tem forma e conteúdo próprios sustentados pela própria predicação. Em suas palavras:

O que temos em um enunciado, visto de um ponto de vista dinâmico, são dois espaços contraditórios, para cada um dos quais temos sujeitos, forma e conteúdo. A construção da representação em um enunciado resulta de um diálogo entre esses dois espaços em conflito: um mais instável (enunciativo) e outro mais estabilizado (predicativo). (REZENDE, 2008, p.136).

A contextualização é um meio de explicitação da diferença de sentido oriunda do momento da produção, uma diferença que seria pouco perceptível sem o movimento enunciativo. Por vezes, só o contexto faz transparecer diferenças pouco perceptíveis numa análise mais superficial (como uma análise focada apenas na intuição, por exemplo) que deixa de privilegiar testes típicos da atividade de contextualização que é sempre multifacetada e tem a capacidade de desenvolver vários contextos diferentes e originar enunciados diferentes.

A força do contexto é tamanha para a interpretação que, por vezes, o que se costuma tomar por um sentido isolado de algum termo da sequência perde toda sua relevância. Isso ocorre muito com algumas expressões que vão se cristalizando na língua a ponto de naufragar qualquer análise fora dos contextos que as consagraram, em qualquer tentativa de se estabelecer um sentido absoluto. Aliás, tudo o que se vem discutindo aqui só faz contribuir para confirmar a relatividade do sentido.

No português brasileiro há algumas expressões em que a ocorrência do verbo *ir* em terceira pessoa do singular e no pretérito perfeito do indicativo bem demonstra o exposto acima.

“Eu corri foi médico”

“As crianças fizeram foi bagunça”

Nos dois enunciados, o termo foi em nada assume qualquer propriedade do verbo ir, nem ao menos de movimento, que é a mais comum desse verbo.

Uma simples análise mostra que o termo em destaque quantifica ao invés de determinar movimento, que é a propriedade mais tipificada da noção “ir”. Algo semelhante ocorre com os verbos ser e estar em algumas ocorrências como: “Eu sou é professor!” “Estou é cansado!”. Nesses casos, as propriedades dos termos não são estativo-atributivas, que é o mais comum por geralmente serem verbos que articulam uma qualidade a um sujeito. Essas propriedades já estão marcadas nos verbos ser (no primeiro exemplo) e estar (no segundo exemplo), deixando ao termo é uma função meramente intensificadora.

Esses exemplos mostram que quando há uma função contextual bem marcada para um termo que, a priori, criaria um estranhamento num enunciado, é porque já há uma estabilização e o enunciado já se tornou interpretável tal qual. É essa dinâmica entre o externo (o contexto) e o interno da língua (a articulação entre os termos) que gera um primeiro sentido.

Assim vemos que o processo de contextualização é estabilizante e mostra duas coisas essenciais para um estudo da indeterminação da linguagem: que os termos de uma língua são, em número, finitos e dotados de certa precisão consagrada por contextos e usos anteriores e que esses mesmos termos são, em ocorrência, infinitos e dotados de certa imprecisão incentivada e garantida pelo sempre possível contexto novo.

A atividade parafrástica também caminha em dois sentidos: (i) um primeiro que se direciona a eliminar ou amenizar uma opacidade que é inerente à própria linguagem que só cede lugar a um significado temporariamente estável quando se mostra a função integrante dos termos (a articulação léxico-gramatical); (ii) um segundo que mostra que qualquer reformulação subentende uma modificação de sentido. Embora a parafrase não seja uma variação radical justamente por conservar algo do enunciado de origem, aquilo que se perde entre o enunciado matriz e a paráfrase sustenta a autonomia e a complexidade das línguas naturais.

Considerações finais

Por meio deste artigo tentamos refletir um pouco sobre como alguns trabalhos inseridos no campo da enunciação sustentam os processos de formalização de problemas linguísticos como o da indeterminação da linguagem, da constituição de sentido, do valor e dos valores referenciais.

Vimos que nesse tipo de pensamento, o conceito de parafraseagem perdura numa zona fronteira entre o formal e o empírico. Formal, porque respeita a organização da língua e se vale dela para explicá-la. Empírico, porque ela intermedeia o sentido e a interpretação do sentido. Trata-se, na verdade, da recorrência ao âmago do sentido lato de uma atividade metalinguística a fim de se explicar toda a atividade epilinguística² que é, em sua origem, indeterminada tal qual a própria linguagem.

Nesse viés, o enunciado situa-se num sistema de referências e se imbrica numa instabilidade latente que só poderá ser parcialmente resolvida diante de uma asserção capaz de eliminar os demais valores possíveis.

Assim, o princípio enunciativista consiste justamente em explicar, a partir de um sistema metalinguístico, como os valores se manifestam na enunciação, como as modulações geram sentidos e como as formas da língua se constituem. Mesmo porque, a maior inquietação norteadora é o estudo do fenômeno da linguagem subsidiado pela diversidade das línguas naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª Ed. Campinas: Pontes, 2005.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation - Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990.
- CULIOLI, A. *Cognition and representation in linguistic theory*. In: Current issues in linguistic theory, 112. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b.

² Aqui, atividade epilinguística é entendida como uma atividade linguística silenciosa, interna e de regulação.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Referência, referenciação e valores referenciais. In.: VOGÜÉ, Sarah de, FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011, p.31-55.

MERLEAU-PONTY, M. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PAILLARD, Denis. Marcadores discursivos e cena enunciativa. In.: VOGÜÉ, Sarah de, FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 161-185.

REZENDE, L. M. Nominalização: operações predicativas e enunciativas. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, 37 (1), p. 131-140, jan. – abr., 2008.